

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 28/Mai



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2575/2021



Distrito federal

Projeto de Chico Vigilante garante reserva de vagas para alunos de escolas públicas no DF

CLDF aprova 50% das vagas em faculdades a alunos de escolas públicas
Parlamentares aprovaram série de projetos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. Textos seguem para sanção do governador



Rafaela Felicciano/Metrópoles

A Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) aprovou em 2º turno projeto de lei reservando pelo menos 50% das vagas nas universidades, faculdades e instituições de ensino técnico públicas para estudantes de escolas públicas do Distrito Federal.

Os parlamentares cancelaram o substitutivo do Projeto de Lei nº 2.084, de 2018, do deputado

distrital, Chico Vigilante (PT). O novo texto tem contribuições de Arlete Sampaio (PT) e Eduardo Pedrosa (PTC).

A reserva deverá ser por curso e por turno. Do total vagas reservadas, 50% serão para famílias com 1,5 salário mínimo. Os estudantes precisam ter cursado todos os ensinos fundamental e médio em escola pública.

O projeto foi aprovado com emendas, ampliando o benefício para os alunos das escolas militares do DF. Para Vigilante, a nova lei tem como objetivo diminuir a desigualdade no acesso ao ensino superior.

“Não restam dúvidas de que os alunos de escola pública disputam as vagas dos vestibulares em situação desigual com os alunos egressos de escolas privadas”, argumentou o parlamentar no PL.

Pandemia

A Câmara também aprovou em 2º turno uma série de projetos relacionados ao enfrentamento da pandemia de Covid-19. Um exemplo é a proposta que determina aos hospitais públicos e privados a divulgação dos leitos com respiradores. O Projeto de Lei nº 1.139, de 2020, é do deputado Robério Negreiros (PSD).

BAHIA

ADIANTAMENTO DO 13º 2021: 826 SOLICITAÇÕES ENTREGUES NO PRAZO. VIGILANTES NÃO ABREM MÃO. É CONQUISTA. É DIREITO!



O Sindvigilantes/BA concluiu no dia 19 de maio a entrega dos pedidos de adiantamento do 13º Salário 2021. No somatório foram 826 pedidos protocolados.

Transparência na emergência

Os distritais também cancelaram projeto de Eduardo Pedrosa (PTC), cujo texto determina a transparência nos contratos emergenciais no enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Outra proposta aprovada nesta tarde foi o Projeto de Lei nº 1.428, de 2020, de Cláudio Abrantes (PDT). O texto cria um novo rol de profissões essenciais para o controle da pandemia de Covid-19 no DF.

Os projetos seguem para análise do governador Ibaneis Rocha (MDB). O chefe do Executivo local poderá sancionar ou vetar as propostas.

FONTE: METROPOLES

As 3 empresas com a maior quantidade de pedidos foram:

- Map – 536
- Servis – 126
- Vigseg - 58

Todo ano é assim e o Sindicato lembrou a todos do prazo da CCT para entrega direta na empresa e data para entrega através do Sindicato.

Ninguém que entregou no prazo ficou de fora.

Todo ano também lidamos com boatos: se a empresa vai pagar ou não.

É conquista. É direito. Mas tem de “formalizar”, “escrever” o pedido.

Para quem acha que o seu dinheiro está mais seguro na mão do patrão...

No mais, estamos mobilizados e unidos pelo respeito ao nosso direito.

É Sindicato. É de luta, sem pelego, sem patrão!

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

FAMÍLIA DE PORTEIRO MORTO EM ASSALTO NO LOCAL DE TRABALHO DEVE SER INDENIZADA



Sede do TRT-RS, em Porto Alegre

A 6ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS) condenou uma empresa de zeladoria e um supermercado a indenizarem a família de um porteiro que morreu ao reagir a um assalto no local de trabalho.

(Não foram informados no site do tribunal mais detalhes sobre a empresa, o supermercado e a cidade do fato).

A indenização de R\$ 200 mil, por danos morais, deverá ser dividida igualmente entre os filhos do trabalhador, autores da ação. Eles também deverão receber indenização por danos materiais, equivalente a 2/3 da remuneração do pai, até completarem 25 anos de idade. O valor será calculado para pagamento em parcela única, com redutor de 20%.

Na notícia publicada no site do TRT, não constam os detalhes da identificação da empresa de portaria, supermercado ou cidade onde o fato ocorreu.

A decisão do colegiado reformou a sentença proferida pelo juízo da 2ª Vara do Trabalho de Canoas, que entendeu não ser devida a responsabilização da empregadora em virtude do assalto configurar ato de terceiro.

Os desembargadores, por outro lado, justificaram que o serviço prestado pelo porteiro na segurança do supermercado é considerado de risco, pois a atividade comercial está sujeita a frequentes ataques criminosos, sendo devida, portanto, a indenização.

Controle de acesso

Segundo o processo, o trabalhador foi contratado pela empresa de zeladoria para atuar como porteiro na entrada do supermercado, controlando o acesso de pessoas. Em maio de 2015, o supermercado foi alvo de assalto a mão armada por dois homens. O empregado reagiu à ação criminosa e, na tentativa de desarmar um dos meliantes, acabou sendo alvejado com um tiro no peito. Ele foi levado ao hospital, mas não resistiu ao ferimento.

A juíza de primeiro grau fundamentou a decisão de improcedência indicando, de início, que o trabalhador foi contratado para exercer a função de porteiro, atividade que não o expõe a risco acentuado, ao contrário do que ocorre com o vigilante, por exemplo. Nesse sentido, afastou a possibilidade de aplicação da teoria da responsabilidade objetiva, considerando ser aplicável ao caso a responsabilidade subjetiva, que exige a investigação da ocorrência de culpa

ou dolo por parte do agente.

No caso do processo, a magistrada entendeu que não houve responsabilidade da empregadora, diante da ocorrência de ato de terceiro – a prática do assalto.

“Na hipótese em exame, não há discussão quanto ao fato de que o autor estava cumprindo suas tarefas habituais – zelador/porteiro – quando do incidente ocorrido. Ocorre que não há como se identificar qualquer atitude da ré, omissiva ou comissiva, que possa ter contribuído para sua ocorrência. O infortúnio ocorreu por ato de terceiro, restando afastado qualquer nexos de causalidade entre a atividade desempenhada e o dano sofrido”, sustentou a magistrada.

Responsável pela segurança

A família do empregado recorreu ao TRT-RS. O relator do caso na 6ª Turma, desembargador Fernando Luiz de Moura Cassal, manifestou entendimento no sentido de que, embora tenha sido formalmente contratado para a função de porteiro, na prática o empregado era responsável pela segurança do estabelecimento.

“(…) inobstante a função registrada no contrato, é certo que o empregado também atuava na proteção e segurança do estabelecimento comercial do segundo demandado, tanto que, diante da ocorrência do assalto, tentou impedir e acabou atingido por disparo de arma de fogo. Frisa-se que o registro formal da função não pode se sobrepor à realidade vivenciada no local de trabalho, onde o empregado estava exposto a um risco maior”, destacou o desembargador.

Nessa linha, tendo em vista a existência de elevado risco na atividade desempenhada pelo empregado, entendeu ser aplicável ao caso a teoria do risco da atividade, devendo a empregadora responder pelos danos independentemente de culpa.

Concluiu o relator que estão presentes os requisitos ensejadores do dever de indenizar, quais sejam, a conduta da empregadora (caracterizada pela designação do empregado

para realizar o trabalho em condição de risco), o nexos causal e o dano (arts. 186 e 927, parágrafo único, do CC), sendo devida a reparação pelos prejuízos morais e materiais.

Danos morais

Quanto aos danos morais, ressaltou o julgador que “em se tratando de acidente do trabalho ou doença a ele equiparada, o dano moral é in re ipsa, ou seja, basta a mera verificação da ofensa ao bem jurídico, no caso, à integridade física do trabalhador, para que reste configurado”.

Para fixação do valor da indenização, destacou que a finalidade da reparação moral, além de indenizar a vítima pelo sofrimento, é inibir a prática de novo ato lesivo pelo causador do dano. Nessa linha, o valor indenizatório foi fixado em R\$ 200 mil, a ser repartido igualmente entre os filhos do empregado, autores da ação.

No que diz respeito aos danos materiais, foram fixados na importância correspondente a 2/3 da remuneração do empregado à época do assalto, incluindo-se no cálculo o 13º salário e o terço de férias. A pensão é devida até a data em que os dois filhos completarem 25 anos de idade, fixada em parcela única e com aplicação do fator de redução de 20%. A importância deverá ser depositada em conta poupança de titularidade dos filhos, a ser movimentada exclusivamente mediante autorização judicial ou quando eles completarem a maioridade.

A condenação do segundo réu (supermercado) deu-se de forma subsidiária, ou seja, ele só responderá no caso de o primeiro réu deixar de fazê-lo.

A decisão foi majoritária. A desembargadora Maria Cristina Schaan Ferreira manifestou divergência apenas com relação à aplicação de fator redutor sobre a indenização por danos materiais, entendendo ser indevida. Também participou do julgamento a desembargadora Beatriz Renck. Cabe recurso do acórdão ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Fonte: Secom/TRT-RS.

Desemprego avança em março e atinge 14,8 milhões de brasileiros

Resultado corresponde ao maior número de desocupados para todos os trimestres da série histórica do IBGE, iniciada em 2012



O desemprego no Brasil avançou no primeiro trimestre deste ano e agora atinge 14,7% da população, percentual equivalente a 14,8 milhões de trabalhadores. O resultado, divulgado nesta quinta-feira (27) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é o pior da história para todos os trimestres já registrados pela Pnad Continua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), com série iniciada em 2012.

Conforme o IBGE, o avanço na taxa de desocupação (14,7%) nos três primeiros meses deste ano significa uma alta de 0,8 ponto percentual na comparação com o último trimestre de 2020 (13,9%) ou, mais precisamente, um contingente extra de 880 mil pessoas sem trabalho.

Frente ao mesmo trimestre móvel do ano anterior (12,9 milhões de pessoas), a alta é de 15,2% (mais 1,956 milhão de pessoas). Vale frisar que o mês de março de 2020 foi o primeiro com impacto da pandemia do novo coronavírus na atividade econômica brasileira.

A analista da pesquisa, Adriana Beringuy, afirma que esse aumento da população desocupada no primeiro trimestre é um efeito sazonal esperado. “As taxas de desocupação costumam aumentar no início de cada ano, tendo em vista o processo de dispensa de pessoas que foram contratadas no fim do ano anterior. Com a dispensa nos primeiros meses do ano, elas tendem a voltar a pressionar o mercado de trabalho”, analisa.

Em março, a quantidade de pessoas ocupadas ficou em 85,7 milhões de pessoas, o que representa uma estabilidade em relação ao trimestre móvel anterior. Já em relação ao mesmo recorte temporal de 2020, houve queda de 7,1%, (menos 6,6 milhões de pessoas).

O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) chegou a 48,4%, caindo 0,5 ponto percentual frente ao trimestre móvel de outubro a dezembro (48,9%) e recuando 5,1 p.p. em relação a igual trimestre de 2020 (53,5%).

FONTE: R7

Nota da CUT sobre o ato 'Fora, Bolsonaro' que será realizado neste sábado (29)

Presidente da Central orienta a todos os CUTistas a tomarem todas as medidas de prevenção e cuidados sanitários possíveis para evitar expor militantes e trabalhadores ao novo coronavírus



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) vem a público para manifestar o seu agradecimento às CUTs Estaduais, Ramos, sindicatos e todas as entidades filiadas, Contag e MST pela mobilização e empenho para que o nosso ato desta quarta-feira (26), em defesa do auxílio emergencial de R\$ 600, vacina para todos já, contra a carestia e a fome, fosse realizado com muito sucesso, propiciando também a entrega da pauta legislativa das Centrais às lideranças políticas da Câmara e do Senado.

No próximo sábado (29), acontecerá uma nova manifestação, convocada pela Campanha 'Fora, Bolsonaro', da qual a CUT também é integrante.

Cumprindo a decisão da nossa Direção Executiva de 17/05/2021, orientamos as CUTs Estaduais, Ramos e entidades filiadas que nossa mobilização deve ser organizada com todas as medidas da prevenção e cuidados sanitários possíveis, de forma que não provoquem

aglomerações e exponham nossos militantes e trabalhadores e trabalhadoras das nossas entidades ao risco de contrair Covid-19.

Entendemos que a indignação e o repúdio a todos os atos desse governo genocida devem ser cada vez mais potencializados para sensibilizar a população da impossibilidade de continuidade desse governo, mas também temos a responsabilidade de não negar o momento difícil e trágico que a pandemia está causando nos lares de milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Defendemos desde o primeiro momento as medidas recomendadas pelos cientistas e pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para o combate ao novo coronavírus e também as políticas econômicas e sociais necessárias para a proteção da população.

Nessa luta, que se intensificou a partir de março de 2020, muito já foi feito e muito ainda deverá ser feito para que consigamos colocar um ponto final nos desmandos desse governo e em especial interromper o genocídio do povo brasileiro. Precisaremos de todos vivos para vencermos todas as batalhas que ainda serão travadas.

Sérgio Nobre

Presidente Nacional da CUT

CUT e demais centrais entregam agenda de prioridades dos trabalhadores no Congresso

Documento ressalta 12 pontos considerados prioritários pela CUT e nove centrais sindicais em defesa da vida, do emprego e da democracia



CUT NACIONAL

A Agenda Legislativa das Centrais Sindicais no Congresso Nacional com as prioridades para este ano em defesa da Vida, do Emprego e da Democracia foi entregue nesta quarta-feira (26) ao vice-presidente da Câmara Federal, deputado Marcelo Ramos (AM-PL), como parte do ato #600ContraFome, realizado pela manhã em frente ao Congresso Nacional.

O documento assinado pelas CUT, CSB, NCST, Força Sindical, UGT, CTB, Publica Central do Servidor, CGTB, Intersindical e CSP Conlutas, contem os 23 projetos e medidas que tramitam no Congresso Nacional e têm relação com os 12 pontos defendidos pelas centrais sindicais. (Veja abaixo).

As reivindicações principais são a volta do auxílio emergencial de R\$ 600, políticas de geração de emprego e renda, vacinação em massa da população brasileira, contra as privatizações e contra a proposta reforma Administrativa, cuja tramitação vem sendo acelerada no Congresso.

A primeira prioridade, destacada na Agenda, é a proteção econômica por meio do auxílio emergencial com as mesmas regras de 2020 e idêntica cobertura para os quase 70 milhões de beneficiados.

“É urgente a aprovação dos R\$ 600 de auxílio emergencial. As pessoas estão passando fome, em especial na periferia das grandes cidades. É um crime o que está sendo feito com o povo brasileiro, reduzindo o valor do auxílio pela metade, ou menos a metade, e também reduzindo

pela metade o número de pessoas que têm acesso ao benefício”, ressalta o presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre.

As pessoas estão se amontoando nas calçadas, pedindo ajuda no farol, na porta dos restaurantes, e a falta do auxílio emergencial pode levar o país a uma crise social sem precedentes. Este foi o alerta que a gente fez ao Congresso Nacional- Sérgio Nobre

A segunda prioridade é a proteção dos empregos e salários, assim como o posicionamento contrário em relação às medidas de flexibilização e precarização laboral. Reformas Tributária, Administrativas e as privatizações estão entre as proposições destacadas.

“É preciso impedir as privatizações da Eletrobras, do Banco do Brasil (BB), da Caixa Econômica Federal (CEF), dos Correios e o fatiamento da Petrobras para posterior venda, como vem ocorrendo. São empresas indutoras do desenvolvimento que não podemos perder”, diz Sérgio Nobre.

Agenda Legislativa das Centrais Sindicais

A Agenda Legislativa unitária foi elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e será permanentemente atualizada com o posicionamento das centrais em relação aos projetos e medidas em tramitação, assim como com as propostas elaboradas. A atualização dessa Agenda e de um mapeamento completo com mais de 120 propostas que tramitam no Congresso Nacional está disponível no site do DIAP

A Agenda completa pode baixada, clicando aqui.

Confira os 12 pontos prioritários para 2021: Vida, Emprego e Democracia

1. Aprovar o Auxílio Emergencial com o valor de R\$ 600,00/R\$ 1.200,00, com as mesmas regras de acesso anteriores e duração garantida enquanto durarem os efeitos econômicos da pandemia, para proteger os trabalhadores não assalariados e sustentar o consumo das famílias.

2. Implementar medidas de proteção dos empregos e salários, para proteger os assalariados, evitar o desemprego e sustentar a demanda das famílias.

3. Aprovar medidas de apoio econômico às micro, pequenas, médias e grandes empresas para enfrentarem as adversidades da crise econômica decorrentes da crise sanitária.

4. Fortalecer as iniciativas de lockdown dos entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios –, contribuindo com os esforços de articulação e de coordenação, com o objetivo de inverter rapidamente a curva de contágios e de mortes.

5. Criar no âmbito do Congresso Nacional uma Comissão Nacional de Enfrentamento da Crise Sanitária e Econômica, com participação dos Poderes, dos entes federados e da sociedade civil organizada.

6. Contribuir com as iniciativas dos entes subnacionais no investimento para a compra de vacinas.

7. Exigir que o Brasil, por seus representantes, posicione-se oficialmente perante a Organização Mundial do Comércio em favor da proposta encaminhada pela Índia e África do Sul para suspender as patentes de vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combater a Covid-19 enquanto durar a pandemia e que o Congresso Nacional assim se manifeste.

8. Exigir que se adotem as medidas jurídicas cabíveis, no âmbito e competência de cada um dos Poderes, para a suspensão de patente e

licença compulsória das vacinas, medicamentos e insumos hospitalares para combater a Covid-19, tendo em vista o interesse público e a gravidade da crise sanitária decorrente do Coronavírus, adotando as ações necessárias para a imediata fabricação da vacina no Brasil.

9. Aportar os recursos necessários para o orçamento da saúde, permitindo o enfrentamento adequado da crise sanitária, assim como a célere liberação dos recursos para a sustentabilidade da rede hospitalar e preventiva de saúde no Brasil.

10. Criar um Comitê Científico de Crise para colaborar nas prospecções e na elaboração de medidas de combate à crise sanitária, com a participação da representação dos trabalhadores.

11. Investir na elaboração de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que reoriente as estratégias nacionais, regionais, setoriais de crescimento econômico com justiça social; a reindustrialização do país, a inovação, a geração de emprego de qualidade e o crescimento dos salários com proteção social e laboral. (Implementar o Grupo de Trabalho no Congresso Nacional sobre Reindustrialização e Emprego).

12. Adotar medidas para combater o racismo, o desmatamento, a ocupação de terras indígenas e o trabalho infantil. A igualdade salarial entre homens e mulheres, além de ampliar políticas de combate à violência de gênero, doméstica, familiar e a LGTBfobia também devem ser priorizadas no Parlamento.

PT presente na entrega da Agenda

No ato que contou com a presença do líder do PT no Senado, senador Paulo Rocha (PT-PA) e do deputado Carlos Veras (PT-PE), também foi entregue um documento dos eletricitários, em defesa da Eletrobras pública.

Antes da entrega da Agenda Legislativa, Carlos Veras parabenizou na Câmara Federal, as centrais sindicais e os movimentos sociais pela iniciativa em defesa do auxílio emergencial, contra a fome.

“No dia de hoje vou dar um voto de aplausos à Confederação Nacional da Agricultura (Contag) ao Movimento dos Sem Terra (MST) e a todas as centrais sindicais que realizaram aqui em frente ao Congresso, um grande ato em defesa da vacina, da alimentação, do auxílio emergencial de R\$ 600. Esta luta tem de ser de cada parlamentar neste Congresso”, disse Veras.

FONTE: CUT - Rosely Rocha

Morte de bancários cresce 176% no Brasil, e categoria se mobiliza por vacinação

Funcionários ainda não estão inclusos no plano prioritário de vacinação



Para pressionar que os trabalhadores de bancos sejam incluídos entre os grupos prioritários no Plano Nacional de Imunização, os bancários realizam neste 27 de maio um Dia Nacional de Luta - Créditos da foto: Reprodução/@bancariosbh

Ao longo desta quinta-feira (27), bancários de todo país realizam ação nas portas dos bancos e nas redes sociais para dar visibilidade ao que vem acontecendo no setor. Assim como outras categorias, os trabalhadores de bancos não tiveram suas atividades suspensas durante a pandemia do novo coronavírus, mas não foram incluídos na primeira fase do plano de vacinação. Sem a proteção da vacina, eles viram o número de mortes no setor quase triplicar.

O número é do Boletim Emprego em Pauta, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que comparou a quantidade de bancários com carteira assinada que foram desligados de seu trabalho pelo motivo de morte. Nos três primeiros meses de 2020 esse número foi de Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

55 casos, enquanto no mesmo período em 2021 saltou para 152.

As mortes de trabalhadores de outras as categorias seguem a mesma tendência e cresceram 71,6% na comparação entre os primeiros trimestres de 2020 e 2021.

Dia de luta

Para pressionar que os trabalhadores de bancos sejam incluídos entre os grupos prioritários no Plano Nacional de Imunização, os bancários realizam neste 27 de maio um Dia Nacional de Luta, em que também reivindicam a vacinação ampla da população. Em Belo Horizonte, as portas de bancos amanheceram nesta quinta com cartazes por “Vacina Já”.

A categoria bancária questiona o fato de o serviço bancário ter sido considerado essencial, mas os seus trabalhadores não terem sido colocados como “essenciais” também na vacinação.

“A atividade bancária é considerada essencial desde o começo da pandemia. No atendimento à população, bancárias e bancários estão se expondo diariamente ao vírus”, questionou o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região em seu perfil nas redes sociais.

A mobilização é puxada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro da Central Única de Trabalhadores (CUT) e por sindicatos bancários estaduais.

Fonte: BRASIL DE FATO

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF